



Robert Wayne Andrew Slenes, **Na senzala uma flor: Esperanças e Recordações da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

Família e senzala

por Haroldo Ceravolo Sereza/ Reportagem local

Quem leu o título acima e pensou em família como uma organização apenas branca na sociedade escravista brasileira tem bons motivos para se debruçar sobre "Na Senzala, uma Flor", do historiador Robert W. Slenes, norte-americano radicado no Brasil e professor da Unicamp. O livro é um estudo da pouca discutida questão da organização familiar dos escravos brasileiros.

Slenes combina a análise do estudo da história da escravidão no Brasil e nos EUA com uma apreciação crítica de relatos dos viajantes do século 19 e de dados demográficos, obtidos a partir de casamentos e batismos de negros escravizados no Sudeste, realizados pela Igreja Católica.

O título do livro deriva de texto do viajante Charles Ribeyrol-les. Ele afirma que, nas habitações dos escravos no Brasil, "não há famílias, apenas ninhadas". Provavelmente sob influência do economista Adam Smith, diz que a família não se organiza porque o pai "não tem interesse algum na terra, na colheita" e porque a mãe não pode estar segura de que poderá criar os filhos ("Ihe podem ser tomados a qualquer momento, como os pintos ou os cabritos da fazenda"). "Nos cubículos dos negros, jamais vi uma flor: é que lá não existem nem esperanças nem recordações."

A "licenciosidade das senzalas", a idéia de que reinava um completo desregramento sexual entre os cativos, é o principal alvo de Slenes. Essa posição uniu intelectuais como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, com diferentes perspectivas. Fernandes, por exemplo, acreditava que o sistema produtivo procurava impedir "todas as formas de solidariedade" entre os escravos, deixando-os sem regras para a conduta sexual e sem incentivos para a formação de unidades familiares ancoradas no tempo.

Slenes acredita que houve, sim, o que se pode chamar de uma família escrava, baseada em casamentos estáveis. Mostra que, em Campinas, 61,8% das mulheres cativas com 15 anos ou mais eram casadas ou viúvas (dado de 1872). Vai além: mostra que a organização dessa família era forma de resistir à dominação do fazendeiro. Organizar uma família significava alguns direitos (maior privacidade e espaço para produzir, entre outros), facilitando a acumulação de pequenas quantias.

Um exemplo dessa tensão dado por Slenes: o abolicionista Luiz Gama dirige, em 1872, requerimento pedindo medidas que garantissem a vida do escravo Serafim, morador de Jundiá e casado com Romana, "com quem tem dois filhos menores". No ofício, Gama escreve que o proprietário de Serafim "tem pretendido violentamente prostituir a mulher do suplicante". O trecho mostra não apenas a valorização do casamento, mas o modo como ele permitia ao escravo se posicionar contra o senhor, ainda que tais "direitos" em geral não fossem respeitados.

Numa sociedade que acenava com a possibilidade de o escravo se tornar liberto, a família também servia ao senhor. A discussão recente da historiografia é definir em que medida isso se dava. "A Paz das Senzalas" (Civilização Brasileira, 1997), de Manolo Florentino e José Roberto Góes, por exemplo, defende que a família representava um "pacto" de paz entre escravos e senhores. Slenes, no entanto, acha que essa família "ambígua", com as "experiências e memórias que engendrava e transmitia", ajudava a esboçar uma consciência cativa "desestabilizadora" do sistema escravista.



Negros usaram família contra escravidão, diz Robert Slenes

Para professor da Unicamp, ao trauma da escravidão sucedeu-se o da sociedade de classes, que criou novas formas de discriminação dos descendentes dos escravos

Entrevista a Haroldo Ceravolo Sereza

Professor da Universidade Estadual de Campinas, o norte-americano radicado no Brasil Robert W. Slenes fez parte de uma geração que se ocupou do problema da família escrava. Suas pesquisas em arquivos da Igreja Católica e da Justiça do interior de São Paulo ajudaram a reavaliar a suposta licenciosidade sexual dos negros cativos, visão que unia intelectuais como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes.

No ano passado, o livro "Na Senzala, uma Flor" foi publicado. Incluído por dois historiadores ouvidos pelo Mais! (2/4) como fundamental para o entendimento do Brasil Império, defende que os cativos usaram suas organizações familiares para obter concessões dos fazendeiros. Estes, por sua vez, incentivavam a formação de famílias para evitar rebeliões. Leia trechos da entrevista de Slenes, por e-mail, à Folha.

Folha - O alto número de casamentos entre escravos é um dos fundamentos de "Na Senzala, uma Flor", em que o sr. defende que eles não eram tão promíscuos como costumavam ser descritos. O sr. não estaria idealizando esses casamentos?

Robert W. Slenes - A bibliografia "clássica" sobre a família escrava no Brasil enfatiza o esforço por parte dos fazendeiros, principalmente no Oeste paulista, de tolher e solapar "todas as formas de união ou de solidariedade dos escravos". A frase é de Florestan Fernandes, em "A Integração do Negro na Sociedade de Classes".

O resultado teria sido uma anomia extrema, uma absoluta falta de nexos e normas sociais. "Perdidos uns para os outros", os escravos não teriam desempenhado papel político relevante na "revolução burguesa", processo que incluía a abolição da escravatura.

Nesse contexto, a descoberta de que uma proporção grande de escravos nas regiões de café e açúcar era casada ou viúva causa um certo impacto. Impressiona, também, o fato de que, nas propriedades com mais de dez cativos, esses casamentos eram bastante estáveis. É claro que temos de ir além desses dados, combinando-os com relatos, processos, inventários "post-mortem" e pesquisas antropológicas na África Central, fontes que permitem recuperar esperanças e recordações que levaram os cativos a valorizar o casamento e o parentesco.

Folha - Por que os pesquisadores viam um escravo tão marcado pela promiscuidade sexual?

Slenes - Em parte, porque conheciam os estudos sobre a família escrava nos EUA, também influenciados por noções de anomia e patologia social. Mais amplamente, as ciências humanas na época (1930-1965) entendiam as culturas como sistemas normativos completamente integrados a suas bases sociais. Portanto, a separação de um indivíduo de sua cultura e sociedade de origem necessariamente o tornava candidato forte à anomia. Finalmente, os estudiosos da família escrava nesse período privilegiavam como fonte relatos de observadores brancos, fazendo uma leitura acrítica deles.

Folha - O sr. defende que o escravo organizava famílias para resistir aos proprietários. Isso seria tão importante quanto as revoltas?

Slenes - As revoltas só podem ser entendidas à luz de uma história social da cultura. Como mostrou

o historiador inglês E.P. Thompson, os movimentos populares não são "reativos", movidos simplesmente pela fome ou pela opressão. Surgem a partir de uma reflexão por parte de seus integrantes sobre sua própria experiência; isso é, são, em primeira instância, movimentos de interpretação. Daí a importância de estudos sobre religião, família e questões relacionadas para entender o "caldo de cultura" de onde nascem as revoltas.

Folha - Como a família escrava ajuda a desestabilizar o sistema escravista?

Slenes - A família cativa emerge de um processo de conflito entre escravo e senhor. O senhor é forçado a ceder um certo espaço para os escravos formarem famílias, encarando isso, porém, como parte de uma política de desmonte de revoltas. A política funciona até certo ponto, pois, ao dar ao escravo algo a perder, ela o torna mais vulnerável, transforma o cativo em refém. A médio e longo prazo, contudo, o espaço acaba sendo altamente subversivo, pois é usado pelos escravos como lugar de criação e transmissão de uma identidade própria, antagônica à dos senhores e forjada a partir da descoberta de tradições africanas compartilhadas.

Por isso resisto à ideia de que a família escrava deva ser entendida agora como uma condição estrutural do escravismo, como sustentam Manolo Florentino e José Roberto Góes, invertendo o argumento de Florestan Fernandes.

Folha - Qual a herança da família escrava para a família brasileira de hoje?

Slenes - Talvez a mesma da família escrava nos EUA para a família negra norte-americana. Quando Alex Haley escreveu o romance "Negras Raízes", a partir dos relatos orais de sua própria família, imaginou que a história fosse excepcional. Ao longo do livro, seus personagens se encontram com outros negros que estranham o fato de eles saberem o nome de seus pais e avós. Logo em seguida à publicação do livro, o historiador Herbert Gutman mostrou que a saga da família de Haley era bastante típica. É importante para os negros de hoje saberem que seus antepassados não foram vítimas passivas, submissas. Por outro lado, não se pode mais argumentar que um "déficit cultural" negro, centrado na família e criado na escravidão, seja uma causa importante para a marginalização do ex-escravo e de seus descendentes. A escravidão foi duríssima. Mesmo assim, os escravos emergiram do cativeiro com um forte sentimento da importância de laços familiares. Se não tiveram o mesmo sucesso que os imigrantes no pós-abolição, isso se deveu à criação pela "sociedade de classes" de novos mecanismos de exclusão.

Folha - Em 1988, correu o boato de que a Lei Áurea seria revogada ao fazer cem anos. A sociedade brasileira ainda não está livre do trauma da escravidão?

Slenes - Ao trauma da escravidão sucedeu-se o trauma da nova sociedade de classes e finalmente o de um capitalismo selvagem e altamente discriminatório. Em 1950, a desigualdade da distribuição de renda no Brasil era grande, mas o país ainda não havia chegado à situação extrema da África do Sul. Já na época em que foi derrubado o regime do apartheid, o Brasil estava praticamente empatado com a África do Sul como recordista em má distribuição de renda. Sabemos a cor da maioria dos excluídos em ambos países.

* Publicados na Folha de S. Paulo - Ilustrada; 12 de fevereiro de 2000.